



A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE)

SOUZA, Andreia Gomes de¹ ; PASCOAL, Ariana Costa²

Resumo

O presente trabalho propõe discutir sobre a inclusão das pessoas com deficiência no processo educacional e retrata as lutas vivenciadas no Brasil e a visão da sociedade desde as primeiras civilizações onde busca a contextualização sócio- histórica das pessoas com deficiência desde as primeiras civilizações no contexto mundial até culminar no Brasil, respeitando a temporalidade. Essa construção possui o intuito de retratar qualificações das pessoas com deficiência nos primeiros séculos, e na percepção do quanto essa mudança de visão pode auxiliá-los na busca pela efetivação dos direitos. Ainda será abordado o maior exemplo de despolitização das políticas voltadas para pessoa com deficiência como foi o holocausto brasileiro em Barbacena, isto é, situações vividas retratadas em livros, assim como relatos de pessoas que viveram nestes locais. Como também abordaremos importância da intervenção do Assistente Social no espaço sócio ocupacional da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Perpassará por importantes legislações, como a Declaração de Salamanca que trouxe como enfoque a importância da educação inclusiva coincidindo com o cenário democrático que o Brasil se tornara. Há contextualização de importantes instituições que contribuíram no processo educacional das pessoas com deficiência, como a

¹ Titulação; IES, Curso, Cidade-UF, e-mail

² Titulação; IES, Curso, Cidade-UF, e-mail



Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), que por despolitização da intervenção do Estado na temática, assumiu o pioneirismo da educação inclusiva. O contexto perpassará pelo grande avanço no direito da pessoa com deficiência na educação regular, onde o cenário de inclusão impossibilitava sua inserção em meio à sociedade, pois a sociedade mesmo consciente dos direitos da pessoa com deficiência, ainda tem um olhar discriminatório. O legislativo trouxe embasamento das conquistas do direito da pessoa com deficiência na rede regular de ensino, objetivando a inclusão e possibilitando a pessoa com deficiência a ser integrada junto à sociedade de participar como cidadão como a qualquer criança e adolescente. Como também trás a importância da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais na luta por uma sociedade igualitária e solidária possibilitando assim a inclusão social. Trazendo também a importância do trabalho do Assistente Social na APAE. Portanto, este trabalho buscou compreender as atribuições do Assistente Social e seus desafios na educação inclusiva na Associação de pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Como objetivos específicos tem-se que caracterizar as competências e atribuições do Assistente Social na APAE; Identificar as demandas e competências do Assistente Social provenientes da educação inclusiva; fazer o levantamento das legislações acerca da educação inclusiva e da pessoa com deficiência; identificar as principais dificuldades que as famílias enfrentam na inclusão da pessoa com deficiência no âmbito escolar.

Palavras-chave: marcos legais. pessoa com deficiência. políticas sociais.

Abstract

This paper proposes to discuss the inclusion of people with disabilities in the educational process and portrays the struggles experienced in Brazil and the vision of society from the earliest civilizations where it seeks the socio-historical context of people with disabilities from the first civilizations in the world to culminate in Brazil, respecting temporality. This construction has the intention of portraying the qualifications of people with disabilities in the first centuries, and in the perception of how this change of vision can help them in the search for the realization of rights. The greatest example of despoliticization of policies aimed at people with disabilities, such as the Brazilian holocaust in Barbacena, that is, situations experienced in books, as well as reports from people who lived in these places, will also be addressed. We will also



address the importance of the intervention of the Social Worker in the socio-occupational space of the Association of Parents and Friends of the Exceptional (APAE). It will pass through important legislation, such as the Salamanca Declaration, which focused on the importance of inclusive education coinciding with the democratic scenario that Brazil had become. There is contextualization of important institutions that contributed to the educational process of people with disabilities, such as the Association of Parents and Friends of the Exceptional (APAE), which, by depoliticizing State intervention in the theme, took on the pioneering role of inclusive education. The context will pass through the great advance in the right of the person with a disability in regular education, where the inclusion scenario made it impossible for them to be inserted in society, as the society, even though aware of the rights of the person with a disability, still has a discriminatory view. The legislature provided the basis for the achievements of the rights of the disabled person in the regular school system, aiming at inclusion and enabling the disabled person to be integrated with society to participate as a citizen like any child and adolescent. It also brings the importance of the Association of Parents and Friends of the Exceptional in the fight for an egalitarian and solidary society, thus enabling social inclusion. Also bringing the importance of the work of the Social Worker at APAE. Therefore, this work sought to understand the duties of the Social Worker and its challenges in inclusive education at the Association of Parents and Friends of the Exceptional (APAE). As specific objectives, it is necessary to characterize the skills and duties of the Social Worker at APAE; Identify the demands and skills of the Social Worker from inclusive education; Survey legislation on inclusive education and people with disabilities; Identify the main difficulties that families face in including people with disabilities in the school environment.

Keywords: legal milestones. disabled person. social politics.

1 INTRODUÇÃO

As conquistas das pessoas com deficiência, expressas nos marcos legais, como na Constituição Federal (1988) e legislações específicas que tiveram a gênese a partir dela, tem despertado na população questionamentos acerca dessa problemática, tais como: preconceito, superação, mercado de trabalho, educação e outros. Entre os direitos, cabe destaque para a educação, que é um direito de todos e dever do Estado em garanti-la, mas muitas pessoas com deficiência e seus familiares enfrentam diversas dificuldades no processo de inclusão sendo este um palco para discussão em sociedade. Até porque, existe a inculcação que a segregação é melhor para a pessoa com deficiência.

Os autores Silva (1987) e Figueira (2008) retratam em suas obras, a história das pessoas com deficiência desde os primórdios, ou seja, desde as primeiras civilizações, sinalizando como eram tratados. Frisam que mesmo com o passar de milhões de anos, ainda perdura o preconceito e estigma; portanto, as pessoas com deficiência possuem um histórico nada inclusivo e humano.

Esses relatos, que perpassaram a história da pessoa com deficiência, abordaram o tratamento dessas pessoas em todo contexto histórico, mostraram suas lutas ao longo dos tempos e de avanços que passaram a conquistar através de leis que somaram na busca de seus direitos. E com isso, vê-se a grande importância da intervenção do profissional de Serviço Social na educação inclusiva, cenário este marcado pela exclusão social na vida das pessoas com deficiência.

Diante de tal realidade, busca construir o presente trabalho da seguinte maneira: contextualização sócio-histórica das pessoas com deficiência desde as primeiras civilizações no contexto mundial até culminar no Brasil, respeitando a temporalidade. Essa construção possui o intuito de retratar qualificações das pessoas com deficiência nos primeiros séculos, e na percepção do quanto essa mudança de visão pode auxiliá-los na busca pela efetivação dos direitos. Ainda neste capítulo será abordado o maior exemplo de despolitização das políticas voltadas para pessoa com deficiência como foi o holocausto brasileiro em Barbacena, isto é, situações vividas retratadas em livros, assim como relatos de pessoas que viveram nestes locais.

No segundo capítulo, abordaremos importância da intervenção do Assistente Social no espaço sócio ocupacional da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).



Para isso, este capítulo será subdividido nas seguintes discussões: a inclusão educacional na rede regular de ensino para pessoa com deficiência; a posituação dos direitos da pessoa com deficiência; e a importância da intervenção do Assistente Social nesse cenário. O profissional de Serviço Social leva em reconhecimento que o Estado, a família, a escola e a sociedade tem um papel fundamental para a superação desses preconceitos.

Diante disso, a intervenção do Assistente Social na educação inclusiva terá como âmbito de observação a APAE, com intuito de problematizar a discussão realizará pesquisa bibliográfica do tema em questão utilizando autores renomados como: Figueira (2008), Silva (2003), Arbex (2013), Silva (1981), Lopes (2018) entre outros.

O presente trabalho é de suma importância, pois contribui para a intervenção do Serviço Social em meio à educação inclusiva, cenário marcado pela exclusão social e desresponsabilização do Estado.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIO-HISTÓRICA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MUNDO E NO BRASIL

Ao longo da história, a pessoa com deficiência fora submetida a vários tipos de tratamento, mas este cenário também foi marcado por grandes lutas pelo reconhecimento do sujeito de direito e no reconhecimento de seus direitos pelo Estado. Desde as antigas civilizações, como exemplo, na Idade da Pedra Lascada, no período Neolítico, a pessoa com deficiência, seja desde o nascimento ou a partir daqueles provocados por acidentes rurais ou pela caça, era maltratada e as tribos ensinavam em eliminá-los. Para a tribo, os sacrifícios dessas pessoas evitariam maiores sofrimentos para os deficientes e sua família (FIGUEIRA, 2008).

Durante a Era Primitiva, na Era Paleolítica, o homem estava mais sujeito a grandes quedas e a pancadas violentas. Quando sofria alguma queda e quebrava algum membro de seu corpo e mesmo sob dor intensa, para aliviar colocava-se uma mobilização primitiva, que consistia em pedaços de ramos de árvores ou pequenos arbustos atados por tiras de couro de animal (SILVA, 1987). Ou seja, havia a necessidade de mobilização daquele membro para não ter que desfazê-lo e se tornar uma “pessoa deficiente”. Afinal, ser deficiente, para as tribos estava resignado a viver fora da sociedade.



Segundo Lopes (2018), as tribos indígenas na Era Neolítica da região do planeta, demonstravam grande estigma referente a pessoa com algum tipo de deficiência, mesmo quando nascia com alguma parte do corpo com deformidade. Quando a pessoa demonstrasse alguma dificuldade em fazer atividades laborais, ela era excluída, não fazia mais parte da tribo; eram abandonadas a própria sorte, sendo colocadas em florestas. Mostrava-se que a pessoa com algum tipo de deficiência carregava marcas de preconceito e estigma por toda a tribo.

Segundo Silva (1987), na fase Pré-Histórica, as pessoas com deficiências eram abandonadas em cavernas, florestas. Elas buscavam fazer desenhos sobre seus corpos com algum membro amputado nas paredes. Os desenhos mostravam a falta de algum membro de seu corpo, como pernas quebradas e/ou amputadas, sem o dedo; seja parte inferior ou superior de seus membros. Desenhavam sua própria história, deixando assim registros de toda a segregação que viviam neste período. Ainda na Pré-história, ao terem parte dos membros amputados ou quebrados, como não possuíam conhecimento do formato correto do corpo faziam emendas que nunca reproduzia o formato original. A tribo onde estava inserido o considerava a partir dessas emendas como, deficiente.

Diante dessa época e costumes diferentes, a pessoa com deficiência sofria com os descasos, a indiferença, a negligência e o preconceito da sociedade que buscava incansavelmente a pessoa “perfeita”. Isto, para fazer parte de um objeto onde eram descartadas as pessoas imperfeitas. As famílias quando nasciam crianças deficientes não se hesitava em se desfazer delas, simplesmente descartavam como se não tivesse nenhuma serventia (ALMEIDA 2017; SILVA, 1987).

Segundo Moratti (2018), em seu livro “As influencias conceituais do Cristianismo”, a autora aborda a ética Cristã como de relevância de uma nova trajetória para a pessoa com deficiência. Pois, através dessa doutrina e da ética, puderam ter um novo tratamento pela sociedade. Não podiam mais ser mais assassinados, tinham que ser bem cuidadas. Através do Cristianismo, as pessoas com deficiência não eram mais vistas como objetos e sim como pessoas que mereciam igualdade e respeito diante da sociedade.

Moratti (2018, não paginado) salienta a que a pessoa com deficiência, a partir da ética Cristã passou ser considerada de: coisa à pessoa. No entanto, esta igualdade ainda não é reconhecida como uma igualdade civil. Graças à Doutrina Cristã, os deficientes começam a escapar do abandono ou da “exposição”, uma vez que, donos de uma alma, tornaram-se pessoas e filhos de Deus, como os demais seres humanos.



Segundo Garcia (2011), em seu artigo: “As pessoas com deficiência na história e no mundo”, narra relatos das mudanças causadas pelo Cristianismo na forma de tratamento com as pessoas com deficiência, onde a sociedade passou a trata-las de maneira diferente da que outrora vinha sendo reproduzida. Diante da evolução cristã, para os deficientes foi um grande progresso, mas a sociedade a passos muito lentos nivelava a pessoa com deficiência com a pobreza, com a fome e isto é, não a abalava.

Nos textos anteriores buscou-se recuperar, marcos históricos da trajetória da pessoa com deficiência na história mundial. Na contextualização a baixo se é realizado a mesma abordagem da pessoa com deficiência no Brasil.

Os arquivos da história brasileira retratam o tratamento das pessoas com deficiência, tem como registro algumas nomenclaturas para caracterizá-los, dentre elas cabe destaque: “aleijados,” “enfeitados”, “mancos”, “cegos” ou “surdos”. Assim como ocorreu também no continente Europeu, onde quase a totalidade dessas informações está diluída nas menções de pessoas pobres e miseráveis. No entanto, assim não muito diferente no Brasil, a pessoa com deficiência foi incluída por séculos dentro da categoria dos miseráveis, com isso eram pessoas esquecidas pela família e sociedade (SILVA, 1987).

Diante desses relatos, a história da pessoa com deficiência no Brasil foi marcada por grandes desafios, isto é, eram olhadas com rejeição e descaso por suas famílias seja qual fosse a classe social. Portanto a pessoa com deficiência deveria conviver com desprezo, negligência e preconceito.

Segundo Figueira (2008), a população indígena no Brasil também praticava a exclusão das crianças que nasciam com deficiência, pois esse comportamento não diferencia aqueles observados em outros povos da história antiga Medieval, quando ocorria o nascimento de uma criança com deficiência, era considerada um castigo dos deuses e portanto, não era vista com bons olhos pela tribo. As superstições dos índios brasileiros associavam o nascimento da criança com deficiência como castigo ou punição.

Segundo Figueira (2008), os escravos e os negros sofriam maus tratos e castigos físicos, quando vinham de navios do tráfico negreiro, superlotados e em condições desumanas, representando um meio de disseminação de doenças que deixavam sequelas ou a morte. Documentos oficiais da época não deixaram dúvidas da violência; da crueldade e dos castigos físicos aplicados nos engenhos de açúcar. Uma variedade de punições, de açoites e da mutilação de membros como castigo aos negros fugitivos que fossem capturados.



Ainda de acordo com o mesmo autor, descreve que a deficiência era causada nos negros por práticas de castigos físicos onde causava grandes deformidades físicas, sendo ocasionadas pelo trabalho forçado nos engenhos de açúcar. D. João, em seus Alvará de 3 de março de 1741, passa a definir a amputação de membros como castigo aos negros fugitivos que fossem capturados.

No século XIX, a pessoa com deficiência ganha notoriedade devido ao aumento de conflitos militares com a setembrina e novembrada: Pernambuco 1831; Revolta dos Malés, na Bahia, 1835; Guerra dos Farrapos, Rio Grande do Sul 1835-1845. Esses conflitos e guerras ocasionaram um crescente número de soldados mutilados. Diante dessa realidade, em meados do século XIX, foram criadas várias instituições para atender essa população desprovida de qualquer assistência médica. Dados oficiais da época apontam a fundação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1958; e o atual Instituto Benjamim Constant e o Instituto dos Surdo e Mudos em 1856 (FIGUEIRA, 2008).

Ainda no século XIX, o general Duque de Caxias inaugurou os Asilos dos Inválidos da Pátria no Rio de Janeiro. Essa instituição acolhia e cuidava dos soldados idosos mutilados pela guerra (FIGUEIRA 2008).

Outro fato importante e de conquista, isto é, de mudança de ótica, foi a inserção ao mercado de trabalho. A Segunda Guerra proporcionou a integração de pessoas com deficiência ao mercado de trabalho, que foram impulsionadas pelas ausências e baixas da população economicamente ativa (ARANHA, 1995).

Os veteranos de guerra que adquiriram deficiência eram considerados uma prova viva de patriotismo, pois mesmos feridos; tinham a honra de servir sua pátria. Através das guerras, os veteranos trouxeram dilemas ao poder público, pois através dos grandes números de pessoas feridas, os governantes tiveram que construir hospitais para atender essa população que depois da guerra estavam feridos, mas honrosos diante da defesa de sua Pátria. Eles passaram a serem os primeiros ativistas com deficiência evidenciando a falta de proteção e exclusão social vivencia por pessoa com deficiência. Tornando assim, uma questão política. (ARANHA 1995).

Mas, as questões das lutas das pessoas com deficiência estavam longe de acabar. Ainda, no Brasil haverá muitos enredos para compor a luta. A pessoa com deficiência ao longo da história mundial e brasileira tinha o conceito de preconceito, desigualdade e estigma. Pois a sociedade sempre valorizava a pessoa sem nenhuma deficiência. O Holocausto



Brasileiro aborda o cenário da vida real de muitas pessoas que viveram no Grande Pavilhão (ARBEX, 2013).

Arbex (2013) que aborda a situação de sessenta mil pessoas que viveram no Pavilhão Afonso Pena, em 1911 no Hospital Colônia em Barbacena, Minas Gerais no século XX, conhecido como o maior hospício do Brasil. A autora relata fala de pessoas consideradas loucas que eram abandonadas a própria sorte.

Não eram ditas como pessoas, mas como corpos sem palavras, os “doidos” não eram mais considerados como sem palavras, pois a partir daí, puderam denunciar os ditos como “Normais” (ARBEX, 2013, não paginado).

Arbex (2013) conceitua situações reais que acontecia com os “loucos” que não prestavam para mais nada na sociedade. Eram pessoas comuns, apenas não tinham serventia para suas famílias ou para o Estado. A classificação vinha da interpretação de estarem tristes, meninas grávidas e moças violentadas pelos seus patrões, tinha até esposas que o marido as deixava naquele local para casar-se com outra mulher e assim a esposa perdia todo o direito na casa; pessoas comuns sem nenhuma doença, mas para sociedade não tinha nenhuma serventia. Eram homens e mulheres que tiveram seus documentos roubados ou perdidos, e pessoas tímidas que não se expressam na sociedade, eram mudos, surdos, ou seja, a internação em Barbacena era voltada para pessoas que a sociedade classificava como sem serventia. Dessa maneira, eram jogadas na grande Colônia.

Eram pelo menos trinta e três crianças, que viviam junto com aquelas pessoas em um cenário nada agradável, onde bebiam a sua própria urina e comiam ratos e viviam em meio as fezes, dormindo em capins (ARBEX, 2013).

Cerca de 70% das pessoas que eram institucionalizadas não tinham diagnóstico de doença mental. Pois eram epiléticos, alcoolistas, homossexuais, prostitutas, pessoas que se rebelavam e outras que eram penalizadas e ditas como inválidos perante a sociedade (ARBEX, 2013)

Relata-se que o ambiente era fétido, e havia montes de capins espalhados. A grande colônia era localizada em Barbacena, Minas Gerais onde traz histórias reais de como seres humanos eram jogados, onde duzentos e oitenta homens, a maioria pelados, que rastejavam pela imundície de esgoto abertos, que cruzavam pelo pavilhão. Os pacientes dormiam empilhados, sendo comum que debaixo fossem encontrados mortos (ARBEX, 2013).

O livro o Holocausto Brasileiro aborda a história de como era a realidade de vida das pessoas que lá eram esquecidas, por apenas não ter nenhuma serventia para a sociedade, eram



peessoas como homossexuais, meninas grávidas e pessoas que de alguma forma na visão da sociedade levava desordem a sociedade. Naquela época, a Grande Colônia se era gerado um grande genocídio no maior hospício do Brasil. Onde muitas das vezes eram pessoas sem nenhum tipo de deficiência mental, eram simplesmente colocadas e esquecidas naquele lugar (BRUN, 2013; ARBEX, 2013).

No livro é retratado alguns exemplos de pessoas que não eram profissionais de saúde e que eram colocadas para fazer testes com os pacientes daquele hospício. Um desses relatos é de Francisca Moreira dos Reis, funcionária da cozinha, era uma das candidatas a vaga de enfermeira. Através de sorteio, realizou uma sessão de choques nos pacientes masculinos do Pavilhão Afonso Pena. Ela nunca tinha exercido essa tarefa em sua vida, decidiu que assistiria as colegas na prova, e depois iniciaria o teste (ARBEX, 2013; BRUM, 2013).

O relato continua da seguinte maneira: a colega Maria do Carmo, que era cozinheira, foi a primeira a tentar. Cortou um pedaço de cobertor, colocou na boca do paciente, que já se encontrava amarrado na cama, molhou a testa dele e começou o procedimento. Contou mentalmente até três e aproximou os eletrodos das têmporas de sua cobaia, sem ao menos anestesia, ligou a engenhoca na voltagem de 110, e após nova contagem, outra carga. O coração da jovem vítima não resistiu, levando o paciente a óbito, de parada cardíaca, na frente de todos. Imediatamente, como se nada tivesse acontecido os atendentes enrolaram o corpo em um lençol, como se não fosse um cadáver fizeram um pacote e colocaram no chão. (BRUM, 2013; ARBEX, 2013).

Diante deste relato, observa-se como eram tratadas essas pessoas, serviam de cobaias para diversos profissionais que achavam que choques e lobotomia faziam com os pacientes saíssem da crise e voltassem à normalidade, fazendo com que o paciente tivesse crises de convulsão junto a desmaios ficando em estado de demência por alguns dias (ARBEX, 2013).

No ano de 1967, durante a Ditadura Militar, a Constituição Federal alterou essa estrutura, instituindo a educação básica como obrigatória durante oito anos, influenciando uma nova Lei de Diretrizes e Base da Educação aprovada em 1971 que foi implementada um modelo próximo com o que existe atualmente, positivando como direito específico da pessoa com deficiência o art. 4º que sinalizava: “cria-se a assistência à maternidade, à infância e à adolescência e a educação especial de excepcionais”. Trazendo melhorias na assistência das pessoas com deficiência. Mudando o modo de tratamento das em meio a sociedade (BRASIL, *on-line*)



Dez anos após a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), é concebida a Declaração dos Direitos da Pessoa com Deficiência em 17 de outubro de 1987. O Brasil passa a assumir recomendações da ONU através da Carta Magna de 1988, que assegura aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica mediante, a saber: a educação especial gratuita; a assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica social do país; a proibição de discriminação inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço público e a salários; possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos (BRASIL, *on-line*).

Ainda com base na Constituição Federal/88, tem-se outros direitos assegurados, a saber:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: [...] IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Art. 208. O dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

[...] III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

Diante disso, os direitos e garantias fundamentais, junto aos direitos civis e políticos, passam a ser a bandeira do Estado de direito. A Carta Magna de 1988, passou a ser fundamental no sentido de abandonar o antigo modelo, adotando políticas de integração da pessoa com deficiência. Isto é, as pessoas com deficiência passaram a ser vistas com dignidade e respeito (BRASIL, *on-line*).

Segundo Dantas e Lima (2013), a Constituição Federal de 1988 foi um grande marco na história do país, onde trouxe influências da Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 e das políticas inclusivas integradas na ONU, trazendo vários princípios como: a liberdade, igualdade, fraternidade e amparo as pessoas desfavorecidas.

O ano de 1990, foi de suma importância para a Política da Educação Especial, pois criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 8.069, de 13 de julho. No artigo 55 preconiza que toda criança e adolescente em idade escolar devem obrigatoriamente estar matriculados na Rede Regular de Ensino. Ou seja, todos, inclusive os que possuem alguma



deficiência (DANTAS, 2013). Esta legislação promove a integração da pessoa com deficiência.

A Declaração de Salamanca de 1990 teve como objetivo para apontar aos países a necessidade de criar políticas públicas educacionais que pudessem atender as suas condições pessoais, sociais, econômicas e socioculturais (DANTAS, 2013).

Nessa Declaração, destaca-se a necessidade educacional, defendendo que escolas e os projetos pedagógicos sejam adequados a necessidade do aluno. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 no artigo 11 preconiza; “O planejamento educativo para todas as pessoas em todos países, em todas as condições econômicas entre as escolas públicas e privadas” (DANTAS, 2013, não paginado).

Segundo Lopes (2018), o Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituindo a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, estabelece diretrizes com a finalidade de assegurar e proteger a igualdade de todos através direitos humanos e a liberdade fundamentada a pessoa com deficiência visando a inclusão social e a cidadania plena e efetiva da pessoa com deficiência.

A Lei instituiu o chamado Estatuto da Pessoa com Deficiência, lei brasileira de inclusão, que possui como foco na análise do estatuto como instrumento de transformação social. Se referindo a pessoa com deficiência que junto é encontrado um conjunto de leis, que necessita de políticas públicas e estratégias que possam garantir o acesso na sua efetivação, gerando benefícios aos que dela necessita (DANTAS, 2013).

Diante dessas legislações se é notável a grande importância na evolução do direito dessas pessoas com deficiência a serem incluídos em meio a sociedade na educação inclusiva, pois através dessas possibilitou trazer o direito a convivências em meio a sociedade, trazendo a possibilidade de socializar com outras crianças e adolescentes, possibilitando trazer melhoria na capacidade cognitiva de modo a ter uma melhor qualidade de vida .

3 A APAE COMO ESPAÇO SOCIO-ECUPACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

São vários espaços sócio-ocupacionais para o Assistente Social. Espaços esses que estão distribuídos na saúde, na assistência, na educação. Mas, todos eles possuem em comum o cenário de luta pela garantia de direitos. Cenário marcado pela luta de classes tendo como consequência a todo instante a desconstrução das políticas públicas e dos direitos causados pelos ditames neoliberais.



Portanto, na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), não é diferente, observa-se diversas lutas na busca por direitos na inserção das pessoas com deficiência em todos os âmbitos, mas sobretudo na educação. O Assistente Social tem como competência buscar iniciativas e interventores na equipe multidisciplinar para que juntos possam contribuir com uma melhor inclusão social e educacional para as pessoas com deficiência.

O Serviço Social tem o objetivo em suas intervenções responder as demandas dos usuários com serviços prestados na instituição ou fora dela, na busca de garantir acesso aos direitos assegurados (CAPISTRANO, 2018).

3.1 A APAE no processo de educação inclusiva

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) possui ao longo de muitos anos uma militância acerca da educação inclusiva, considerando a inoperância total ou parcial do Estado em assegurar a política de Educação Inclusiva, de contraponto percebe-se a luta no aporte jurídico ao longo das décadas, seja pela APAE, pais e a sociedade em geral. Impulsionando transformações para redimensionar a educação brasileira, que de fato possa ser para todos, trazendo uma renovação, isto é, que seja considerada a diversidade humana, que a escola seja espaço para todos. A defesa pela Educação Inclusiva criou metas, movimentos e assembleias na tentativa de eliminar todas as barreiras e formas de preconceito, e assim possibilitar o acesso a participação plena dessas pessoas com deficiência, transtorno global, superdotação, altas habilidades nos bancos escolares. Luta esta que perdura até hoje.

Mas, para estabelecer uma relação entre APAE e educação inclusiva, o presente trabalho discutirá algumas legislações e seus reflexos na educação inclusiva. Perpassando alguns impasses históricos dos aportes jurídicos que estavam mais voltados para segregar do que para incluir.

A primeira Constituição Federal do Brasil de 1824 privava a pessoa com deficiência física ou moral do direito político, muito embora sendo já obtido um déficit de instrução primária e gratuita para todos. Antes de qualquer possibilidade de inserção dessa população na sociedade na possibilidade de atendimento, a sociedade já se protegia do deficiente adulto (SILVA; LUIZ, 2008).

No Brasil, ainda no século XIX, por exemplo, antes de possuir estabelecimentos de ensino, voltados para a educação, existiam práticas de exclusão. Isto é, a internação, o recolhimento era algo bem visto. Portanto, quando ocorria algum caso de “desordem”, essas



peessoas eram confinadas pela família ou recolhidas pelas Santas Casas. Tirando delas o direito de expressão e convívio com a sociedade e amigos (VANUCHI, 2010).

Nos campos das legislações, o decreto nº 82 de 18 de julho de 1841, determinou a fundação do primeiro hospital “destinado privativamente para o tratamento de alienados”. O Hospital Pedro II, vinculado à Santa Casa de Misericórdia, foi instalado na cidade de Rio de Janeiro. E em 1854, foi fundada o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, e em 1856, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. O público alvo eram meninos e meninas cegos e surdos que tinham a possibilidade de ser contemplado com ações voltadas para educação. Dentro desta ação, tinha-se a segregação, isto é, a utilização do Instituto Imperial não era para todas as pessoas com deficiência. Havia uma classificação de quem era alcançável ou não pela política de educação. Somente em 1904, instalou o primeiro espaço destinado apenas a crianças e adolescentes com deficiência, o Pavilhão Escola Bourneville sendo que este novo espaço construído era um anexo do Hospital Pedro II. A instituição começou o funcionamento em 9 de dezembro de 1952 (VANUCHI, 2010).

Ainda entre os anos de 1854 e 1956 foram criadas iniciativas oficiais com o objetivo de iniciar o Instituto Meninos Cegos e Instituto dos Meninos Surdos que tinha como atribuição ministrar a educação primária, a educação moral e religiosa dentre outras atribuições. No ano de 1874 o Hospital Estadual de Salvador na Bahia foi criado para atendimento a pessoas com deficiência mentais, sendo que em 1950 o poder público criou mais 40 instituições mantidas pelo governo.

Na primeira metade do século XX, o Estado não promoveu ações que pudesse beneficiar a pessoa com deficiência, obtendo uma expansão lenta dos institutos de cegos e surdos para outras cidades, dificultando a possibilidade de expandir esse benefício para pessoas de outras localidades (VANUCHI, 2010).

Diante dessa realidade de interesse do Estado, ocorreram poucas iniciativas, de necessidade dessa distribuição territorial onde atendia apenas uma minoria, se restringindo o atendimento a cegos e surdos. Diante desse déficit de iniciativas de expansão territorial e de ações do Estado, a sociedade civil criou organizações voltadas para assistência nas áreas de educação e saúde, tem-se como exemplo a Associação Pestalozzi em 1932 e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais em 1954 (VANUCHI, 2010).

Em 1950, a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD) foi fundada em 1950 pelo médico da Costa Bonfim, com o objetivo de tratar e reabilitar vítimas de paralisia infantil, doença essa que vitimava grande parte da população naquela época. Com passar do



tempo se especializou no tratamento de vários tipos de deficiência que compromete o aparelho locomotor. Onde mantinha convênio com a Prefeitura de São Paulo, atendendo 326 pessoas (MENDES, 2010). E em 1960, foram criadas Campanhas para educação de Pessoas com Deficiência visual, auditiva e mental. (SANTOS; VALANGA 2017; FERNANDES; SAITO; ROCCO,2007)

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) constituiu como umas das principais entidades a manter um diálogo constante com o Governo e a luta por políticas públicas voltadas a essa população, onde através de possibilidades que possam introduzir no âmbito da educação especial, a assistência integrada e especializada no atendimento pedagógicos, técnicos, proporcionando igualdade de permanência e aprendizado para essa população (SILVA, 2000).

A educação especial é definida a partir da LDBEN n. 9394 (BRASIL, 1996), como a modalidade escolar que abrange todos os níveis de ensino nacional, nela está autorizado separar “educação especial de escola especial”, tornando a educação especial um recurso que traz benefícios a todos, metamorfoseando o trabalho do professor trazendo assim maiores benefícios e garantia de direitos demonstrando a diversidade em que constitui a sociedade garantindo melhores possibilidades de socialização e aprendizado para essa população com deficiência (SILVA, 2017).

A educação especial, até então, era um sistema independente, separado do ensino regular que rotulava as crianças com necessidades especiais e as classificavam inaptas às redes regulares de ensino. Por isso, passou a discutir as questões pedagógicas, proporcionando o aparecimento de um novo paradigma acerca das necessidades educativas especiais (SILVA, 2017).

Através desses direcionamentos da educação especial pode-se elencar a grande importância da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) sendo uma rede que constitui oportunidades e promoção de direito a essas pessoas com deficiência, promovendo articulações e ações na defesa de direitos, prevenção, orientação, prestação de serviços, apoio familiar direcionando a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e a construção de uma sociedade justa e solidaria.

Todas as categorias profissionais, assim como o Assistente Social, as instituições e a sociedade acreditam e trabalham com a via da inclusão. Isso possibilita a busca de alternativas de permanência do aluno na escola, respeitando seus limites de aprendizagem, elevando sua



autoestima. Mas infelizmente, a sociedade ainda nos dias atuais ainda exclui as pessoas com deficiência.

Na contemporaneidade a inclusão social deve ser assumida em todas as fases de ensino, cabendo uma transformação das instituições e dos profissionais a necessidade a se adaptar as necessidades de cada aluno. Onde podemos observar nesse cenário, a importância do profissional de serviço social, também na área da educação, na luta por direitos da inclusão social na sociedade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 A importância do serviço social na APAE

Ao abordarmos sobre o Serviço Social na educação é importante observarmos sobre o que trata o Código de Ética Profissional, Lei n. 8662 de 1993, pois é um grande marco na trajetória da profissão, pois o Serviço social trabalha para atender as necessidades sociais da população defendendo os direitos básicos, já que foi gestada na luta de classes, onde o espaço na Educação vem sendo gradativamente conquistado em sua trajetória.

O Conselho Regional de Serviço Social destaca que a luta por uma sociedade inclusiva é dever de todo Assistente Social, como prevê no Código de Ética Profissional vigente um dos princípios fundamentais da profissão “é o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, a participação de grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças” (BARROCO, 2012, não paginado).

Diante dessas especificações, o Assistente Social deve ser um dos atores sociais nesse movimento para que as pessoas com deficiência possam ser inclusas na sociedade, tendo pleno direito de participação social e pedagógica podendo usufruir de todos os direitos igualitários a outras pessoas “ditas normais”. Com isso cria-se a necessidade que haja outros coadjuvantes colaborando para que esse movimento dê certo. Onde a família, as instituições de ensino e os demais setores de uma sociedade possam junto atuar nesse processo.

O Assistente Social inserido na política de educação tem acesso às possibilidades da garantia de direitos de crianças e adolescentes e familiares em estado de vulnerabilidade social, trazendo dentro das condições exigidas o recebimento dos benefícios sociais (LUNA, 2016 *apud* ABERD, 2017).

A atuação do Assistente Social no espaço educacional é de suma importância, pois há muitas crianças e adolescente com deficiência que deverão ser incluídos no ensino regular,



respeitando claro, a realidade de cada família onde terão grandes influências no desempenho escolar. Onde há extrema relevância do profissional de Serviço Social na educação, onde pode oferecer técnicas que irão colaborar para a elaboração de programas e projetos que objetivam a inclusão social (SILVA, 2010 *apud* COUTINHO, 2008).

O Assistente Social atua nos atendimentos as demandas sócio assistenciais trazendo possibilidade na promoção de direitos das pessoas com deficiência já existentes como exemplo o Benefício de Prestação Continuada-BPC; isenção de Impostos na compra de veículos de locomoção, isenção de taxas da tarifa rodoviária ;entres outros benefícios que auxiliarão a toda população com deficiência ´, onde mediante encaminhamento aos serviços, benefícios e demais políticas públicas do município viabilizando o acesso a esses benefícios e direitos.

Desta forma, o Assistente Social utiliza de alguns instrumentos da profissão como; a visita domiciliar; a visita institucional, entrevista aberta, semi-dirigida; acolhida; observação participante; orientação; encaminhamento de referência e contra referência: relatório social; Análise Socioeconômica; Parecer Social: Estudo de caso, entre outros. Com isso pode-se notar a grande importância do trabalho do Assistente Social na APAE que trabalha em prol da garantia dos direitos adquiridos, e na luta pela inclusão social em uma população onde muitas das vezes seus direitos são violados.

O cumprimento desses princípios em conjunto do Código de Ética do Assistente Social e a atuação pautadas nas competências teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativa, buscam na tentativa de romper com a perspectiva filantrópica onde são predominantes no “Terceiro Setor” na medida em que impulsiona a APAE ao modelo da Política Nacional de Assistência Social entre outros teóricos da legalidade do Serviço Social. Com isso vale abordar que assim como outros espaços sócios ocupacionais, o profissional executa desafios diários na execução de serviços , na defesa e efetivação do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo propôs abordar, através de contexto histórico, do tratamento das pessoas com deficiências ao longo dos tempos e mostrar a superação mesmo diante de estigmas e preconceitos que ditaram os costumes de toda uma sociedade no contexto geral. Vale ressaltar que mesmo diante de tamanha discriminação, foram criados centros para atender esse público esquecido mesmo antes de existir leis fundamentando a criação destes locais. Em 1854, foi



fundada o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, e em 1856, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos sendo esses dois institutos os pioneiros a ofertar uma atenção especial e básica para os considerados “diferentes”. Posteriormente foram criados o Instituto Pestalozzi e mais adiante, a APAE que atua de forma protagonista na atenção às pessoas com deficiência até os dias de hoje.

Diante dessa conjuntura apresentada acima, fica explícito o entendimento de que mesmo com todos os avanços legais e sociais para com as pessoas com deficiência, estes avanços foram lentos e tardios. A constituição Federal, criada em 1988 e em vigor até os dias de hoje, foi um marco para essas pessoas juntamente com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a declaração de Salamanca que, de forma pontual, os colocaram em seus lugares de direito que é e continuará sendo em meio a sociedade. Diante de uma trajetória de lutas e avanços lentos no direito dessas pessoas na inclusão social, a Associação de Pais e Amigos constitui umas das principais entidades que mantém a luta por políticas voltadas para essa população, trazendo a possibilidade de introduzir a educação especial e assistência especializada trazendo melhor qualidade no aprendizado e na qualidade de vida.

O Serviço Social explicita no espaço educacional que é a APAE sendo um espaço na garantia de direitos que estão onde muitos delas tiveram seus direitos violados. Como Assistente Social tem como competência a defesa do direito das pessoas com deficiência justifica-se a sua intervenção nesse espaço. Onde também traz um papel de suma importância nesse contexto, sendo um dos atores sociais contribuindo para garantia de direitos para que essas pessoas com deficiência possam ser inclusas na sociedade, tendo pleno direito de participação e integração social.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. **Temas Psicol.**, [S.L.], v. 2, p. 63-70. 1995.

ARBEX, D.; BRUM, E. **Holocausto brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BRASIL. COSTITUIÇÃO 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BARROCO, S. **Código de ética do assistente social**: Conselho Federal de Serviço Social-CEFESS. São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. COSTITUIÇÃO 1967. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.



EBED, M. N. **O profissional do serviço social numa associação de pais e amigos dos excepcionais no Mato Grosso do Sul.** MS. 2017. Disponível em:

https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=O+profissional+do+servil+o+social+na+apae+de+mato+grosso&btnG. Acesso em: 07 out. 2020.

CAPISTRANO, M. J. L. **A atuação do Serviço Social e a participação da família no acompanhamento dos usuários da APAE/Ceará-Mirim.** 2018. Disponível em:

https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/9127/1/ServicoSocialEOTerceiroSetor_Costa_2019. Acesso em: 13 set. 2020

DANTAS, L. E. R.; LIMA, A. P. P. P. A educação libertadora como prática de uma política de integração da pessoa com deficiência. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista - UNIOESTE/MCR**, v. 13, n. 24, p. 137-153, 1. sem. 2013.

FIGUEIRA, E. **Caminhando em silêncio: a trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil.** São Paulo: Giz Editora, 2008.

LOPES, D. **Psicologia e a pessoa com deficiência.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.

LUIZ, E. M.; SILVA, J. de. C.; ROCHA, R. C. A inclusão de alunos portadores de necessidades especiais nas escolas públicas e particulares. **Revista Eletrônica de Letras**, São Paulo, v. 2, n. 1, não paginado. 2009.

STRELHOW, T. M. P. B. As influências conceituais do cristianismo sobre a deficiência: o papel do ensino religioso na construção de sujeitos de direito. **Revista Educação Especial**, [S.L.], v. 31, n. 61, abr./jun. 2018.

SILVA, O. M. **A Epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje.** São Paulo: CEDAS, 1986.

SILVA, C. M. **Educação inclusiva.** São Paulo: Sagah, 2017.

SANTOS, J. P. da. C. dos.; VELANGA, C. T.; BARBA, C. H. Os paradgmas históricosda inclusão de pessoas com deficiência. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, [S.L.], v. 14, p. 313-340. 2017.

VANUZZI, P. **Histórico do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil.** [S.L.]: [S.n.], 2010.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer ao Senhor meu Deus pelo o dom da vida, pois até aqui tem me ajudado na trajetória, por suas grandes misericórdias, por estar comigo nessa longa caminhada, pois diante de várias circunstâncias estive para parar a graduação, mas Ele sempre estava lá para me fortalecer a continuar a prosseguir.

Aproveitando para agradecer a minha família, pela paciência e amor que muitas das vezes não puder está junto a vocês em alguns momentos de comunhão familiar.

Deixo meu agradecimento a todos os professores e orientadores que me acompanharam nesses períodos de formação, a Ariana Costa, que esteve com enorme paciência em cada etapa do meu capítulo, estendendo o meu profundo agradecimento a cada docente, que através de seus conhecimentos despertou em nós a vontade e a sede pelo saber

EDIÇÃO ESPECIAL

Pandemia

COMO CITAR ESTE ARTIGO

ABNT: SOUZA, A. G. de.; PASCOAL, A. C. A educação inclusiva e a intervenção do assistente social na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). **Revista Interdisciplinar do Pensamento Científico**, Itaperuna, v. 06, n. 3, p. 1-21. 2020. DOI: 10.209512446-6778v6n3a15.

AUTOR CORRESPONDENTE

Nome completo: Andreia Gomes de Souza

e-mail: não informado

Nome completo: Ariana Costa Pascoal

e-mail: não informado

RECEBIDO

20. 07. 2020.

ACEITO

20. 12. 2020.

PUBLICADO

01. 11. 2021.

TIPO DE DOCUMENTO

Artigo Original